



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2023

Processo Licitatório nº: 12.750/2022

Processo de Recurso nº: 30.312/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2023

OBJETO: Aquisição de VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO, para atender às necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica.

RECORRENTE: WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA.

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 171/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 171/2023, processo apenso de Recurso nº 30.312/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 01 de novembro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e os respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 010 de 04/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 12.750/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 171/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO para atender às necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 12:29:10 do dia 01/11/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 19.1 do Edital nº 171/2023;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;



Comissão de Pregão III

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/06) que o veículo ofertado pela recorrida não se enquadra no conceito legal de veículo zero quilômetro por não se tratar de uma concessionária, na forma dos termos da Lei Ferrari – Lei nº 6.729/79.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente:

- a) “com toda vênia, que seja admitido o presente recurso e que seja julgado procedente, com efeito suspensivo, para que, reconhecendo-se a ilegalidade cometida, desabilite a ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e as demais colocadas que se enquadram como EPP/ME e não são autorizadas pela montadora.”
- b) “lastreada nas razões recursais, requer-se que esta Comissão de Licitação REVOGUE OU ANULE ALICITAÇÃO PELAS ILEGALIDADES APONTADAS PELA EMPRESA VENCEDORA, por razões de interesse público decorrente do fato superveniente devidamente comprovado, bem como convoque a empresa que apresentou a segunda melhor proposta como vencedora do certame.”

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A empresa recorrida apresentou contrarrazão às (fls. 07/08), combatendo as alegações da recorrente, afirmando que inexistente previsão editalícia para participação de apenas concessionárias ou fabricantes, bem como que a referida lei, “(...) contém uma limitação às concessionárias, e não um direito exclusivo a elas. Caso coubesse tão somente às concessionárias a venda de veículos novos, deveria se deslocar a palavra “só” no início do art. 12, para se dizer “somente o concessionário pode realizar venda de veículos novos”. Mas não é o que está dizendo o dispositivo.”



Comissão de Pregão III

VI. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA**

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões recursais são técnicas, tema que foge ao domínio da Pregoeira, o assunto foi submetido à Secretaria



Comissão de Pregão III

Requisitante para análise e manifestação, e após à Procuradoria Geral do Município para análise dos aspectos jurídicos recorridos a fim de subsidiar a decisão ante ao recurso interposto.

A Secretaria Municipal de Saúde, se manifestou no sentido que *“o item 2.3 do Termo de Referência preconiza que o veículo a ser adquirido deverá ser novo, não usado/rodado, porém sem a exigência de que o primeiro registro e licenciamento seja em nome do município”*, conforme despacho, em anexo a esta decisão;

A Procuradoria Geral Municipal, instada a se manifestar, sucintamente, concluiu que *“(…) o edital referente ao Pregão Eletrônico nº 171/2023 definiu o objeto licitado como veículo novo/zero km, apenas sem uso, sem a exigência de primeiro registro e licenciamento em nome do Município, não sendo aplicado, portanto a lei Ferrari, hipótese em que poderão participar tanto fabricantes e concessionárias, quanto revendedores, ampliando, assim a competitividade do certame.”*, conforme parecer exarado, em anexo a esta decisão.

VII. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA

Reputando a manifestação da Secretaria Requisitante e da Procuradoria Geral do Município, partes integrantes desta decisão, que esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, resta comprovado que não assisti razão à recorrente, motivo pelo qual deverá ser mantida a decisão anteriormente proferida pela habilitação da empresa ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA no pregão em comento.

VIII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pela manifestação da secretaria



Comissão de Pregão III

requisitante e pelo parecer exarado pela PGM, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **WW DA SERRA VEÍCULOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 171/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo **HABILITADA** a empresa **ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, no Pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 171/2023, nos termos, Art. 17, Inc. VII do Decreto Federal 10.024/2019.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 04 de dezembro de 2023.

ELIZA SOUZA MACHADO
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380